



# Anais da Assembléia

DA.125

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 109.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1986  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu França e Francisco Escorsin.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Edilson Alencar, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Trajano Bastos (23). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Ezequias Losso, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odêni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (35).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos)  
- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 339/85, que denomina Escola Estadual "JOÃO MARIA CRUZ"; ao Projeto de Lei n. 118/86, que declara de utilidade pública o Centro Beneficente dos Ferroviários - RFFSA; Projeto de Lei n. 512/86, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional Pestalozzi; Projeto de Lei n. 57/86, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Projeto de Lei n. 44/86, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia; Projeto de Lei n. 41/86, que declara de utilidade pública a Pré-Escola Divino Espírito Santo-Maternal e Jardim da Infância; Projeto de Lei n. 181/86, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LUIZ VENÂNCIO DA SILVA, ocorrido em Cafeara, no dia 27 de outubro do corrente.

Seu passamento abriu enorme lacuna no seio da sua família, bem como da sociedade local, pois, o Senhor Luiz Venâncio ocupava mandato de Vereador no município de Cafeara, onde gozava do mais alto conceito e prestígio junto a comunidade local.

Que da decisão desta Casa de Leis, seja comunicada a família enlutada na pessoa de sua esposa, aos cuidados da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei n. 168/86, que cria o Município de Santa Lúcia, com território desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora Ana Maria Muratori, Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando urgente atendimento ao pedido de material permanente para a Escola Estadual Doutor Tancredo de Almeida Neves, localizada no Bairro dos França, em Ortigueira.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

Para oferecer melhores condições físicas aos alunos da referida Escola, necessita-se que sejam tomadas urgentes providências no sentido de abastecimento do seguinte material permanente: duas escrivaninhas, duas cadeiras, dois arquivos de aço, uma máquina de escrever, vinte pastas AZ, um grampeador, um perfurador, uma mesa com cadeira para a Diretora, três armários com fechaduras, uma geladeira, uma mesa com cadeiras para a cozinha, um escovão ou enceradeira, cinco filtros e um mimeógrafo.

A necessidade é premente, uma vez que essa Escola começou a funcionar neste ano.

Sendo justo e merecedor de atenção, tal pedido, solicito urgentes providências dessa FUNDEPAR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o cascalhamento da estrada que liga a localidade de Imbúia a Uvaranas, em Reserva.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

As localidades de Imbúia e Uvaranas possuem uma grande concentração de propriedades rurais que necessitam de boas vias de acesso para escoamento de sua produção, oferecendo ao mercado maior abundância de produtos agrícolas, colaborando para o ajuste do consumo interno.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, Diretor-Presidente da COPEL, solicitando a instalação

de um transformador de energia elétrica em Ipiranga.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

Os moradores da Rua Constant de Oliveira, cruzamento com a Rua Major Vicente de Castro estão reivindicando a instalação de um transformador de energia elétrica, pois estão correndo sérios riscos com a falta do mesmo.

Tal benefício traria maior segurança, com mais estabilidade de energia, seja interna, como com aparelhos domésticos, ou de ordem externa como a iluminação pública, muito necessária na comunidade.

Sendo por justa causa tal pedido, solicito urgentes providências por parte dessa Companhia.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Diretor-Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando a instalação de Posto de Serviço, Posto Telefônico, nas localidades de Bituva dos Machados, Bituva dos Lúcios e Bituva das Campinas, em Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

Sendo as localidades de Bituva dos Machados, Bituva dos Lúcios e Bituva das Campinas a exemplo de Teixeira Soares, uma região agrícola, contando com uma grande população, necessita de meios de comunicação para poder agilizar os seus negócios, bem como oferecer maior segurança a seus habitantes em ocasiões de emergência.

Portanto, faz-se necessária as referidas instalações, para facilitar as comunicações daquelas localidades com as demais comunidades do Estado.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a doação de um microônibus, para atender a localidade de Bairro dos França, em Ortigueira.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

Os alunos da Escola Estadual Dr. Tancredo de Almeida Neves, localizada no Bairro dos Franca, em Ortigueira, estão passando por sérias dificuldades, haja vista a falta de transporte para retorno às suas residências, pois, o ônibus que faz o retorno, só acontece a zero hora, sendo que a maior parte dos alunos que ali estudam, são lavradores e necessitam acordar pela madrugada.

Com o referido benefício, muito facilitaria o regresso desses estudantes que labutam para a sua sobrevivência.

Sendo justo a merecedor de atenção tal pedido, solicito urgentes providências dessa Secretaria.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de solicitar a criação do ensino de 2º grau, no Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, localizado a 20 Km da sede do município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) IVAN GUBERT.

#### JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessária a criação do ensino de 2º grau, no distrito de Rancho Alegre D'Oeste, em virtude do grande número de alunos, principalmente filhos de produtores daquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores João Elísio Ferraz de Campos, Digníssimo Governador do Estado, e José Carlos Campos Hidalgo, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, reiterando solicitação anterior, formulada por esta Casa, em razão de aprovação, por unanimidade, de requerimento de autoria do Signatário da presente, pela qual se ponderava que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado estava firmando jurisprudência, ao apreciar diversos julgados, no sentido de que a gratificação por Tempo Integral deve ser calculada e paga sobre a somatória do vencimento básico acrescido dos adicionais dos funcionários aos quais a mesma é deferida.

Sala das Sessões, em 03/11/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Após a aprovação e remessa do requeri-

mento acima mencionado, o Egrégio Tribunal de Justiça, conforme decisão que ora anexamos ao presente, resolveu unificar a jurisprudência sobre a matéria, confirmando, integralmente, o nosso Parecer ao projeto de Lei n.124/85, cuja cópia também, juntamos nesta oportunidade.

A propósito, lembramos que se o problema for solucionado através de lei, o Estado ficará livre dos inconvenientes resultantes das eventuais condenações em processos judiciais.

Esta Casa já se pronunciou sobre a matéria por diversas ocasiões, sempre referendando o nosso atendimento.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER:

#### PROJETO DE LEI N.124/85

O presente plano de lei, inicialmente distribuído ao nobre Deputado Basílio Zanusso, foi redistribuído, a fim de ser apreciado em conjunto com o Projeto de Lei n.123/85, ambos de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert.

Realmente, assistia razão ao eminente Parlamentar que solicitou o apensamento dos projetos, pois, embora opinemos no sentido de que ambos voltem a Plenário desapensados de muita valia se tornou a apreciação conjunta desses Planos de Lei.

O Parecer ao Projeto de Lei n.123/85 segue em separado.

Quanto ao presente projeto, entendemos que a redação proposta pelo seu autor, ao Art.88, da Lei n.7.051/78, com pequena modificação, seria o complemento ideal para dissipar todas as atuais dúvidas quanto à aplicação do Art.177, da Lei n.6.174/70.

Assim, ao aproveitarmos parte daquele texto para apresentar a emenda substitutiva em anexo, com o objetivo de acrescentar parágrafo único ao dispositivo supracitado, procuramos aperfeiçoar a redação original do presente Projeto de Lei.

A solução para o problema gerado pela dupla interpretação do artigo 177, da Lei n. 6.174/70, tem sido procurada, administrativa ou judicialmente, há vários anos.

Desta Casa, inúmeros projetos de lei e sugestões foram encaminhadas ao Poder Executivo, mas, com a junção do tempo integral e serviço extraordinário para efeito de aposentadoria, a solução encontrada resolveu apenas parcialmente o problema.

A propósito, não se concebe que, neste caso, vários decretos tenham sobreposto o texto da lei, a ponto de causar tamanha confusão.

Nossa afirmativa parte do fato dessa gratificação estar sendo paga sobre o vencimento básico acrescido dos adicionais, e idêntica modalidade de cálculo ter sido adotada durante certo tempo, tanto no Poder Judiciário quanto nesta Assembléia Le-

gislativa, através de interpretações diferentes do texto legal vigente.

Desta maneira, enquanto no Tribunal de Contas, os adicionais são considerados para efeito de cálculo, nesta Casa e no Tribunal de Justiça, seguindo o exemplo do Poder Executivo, o cálculo está sendo procedido sobre o vencimento básico.

Como não poderia deixar de acontecer, vários servidores públicos têm recorrido ao Poder Judiciário, onde o Egrégio Tribunal de Justiça já firmou jurisprudência dando-lhes ganho de causa, como se pode observar dos Acórdãos n. 360/81; 606/81 e 362/82, que anexamos ao presente.

Embora não tenhamos a seqüência dos dois primeiros, resultantes dos julgamentos das Apelações Cíveis n. 167/81 e 453/81, ambas de Curitiba, estamos juntando comprovantes, expedidos pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, pelos quais nos dão a confirmação do julgamento da Apelação Cível n. 59/82 (Embargos Infringentes Cíveis), pelo Supremo Tribunal Federal, e Parecer do T.C..

Isto posto, desde que entendemos ser do interesse do Estado, bem como dos servidores públicos, que seja dada uma interpretação definitiva e correta ao texto do artigo 177, da Lei n. 6.174/70, apresentamos a Emenda em anexo, como solução ideal para o problema.

Tendo em vista que o texto da Lei n. 7.051/78 não pode ser corrigido na forma proposta, opinamos pelo desentranhamento do Projeto de Lei n. 123/85, para ser apreciado em separado, sem prejuízo da contribuição que seu autor nos deu para a apresentação deste estudo.

Finalmente, quanto ao presente Plano de Lei, opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

Presidente - Ilegível.

Deputado Djalma de Almeida César.

Relator

Hermes Brandão.

Assinaturas Ilegíveis.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Ao Projeto de Lei n. 124/85

#### SÚMULA:

Acrecenta Parágrafo Único ao art. 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 1.º - O artigo 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Art. 177 .....

Parágrafo Único: Considera-se vencimentos, para efeito deste artigo, o venci-

mento básico acrescido dos adicionais a ele incorporados, na forma dos artigos 170 e 171 desta lei".

Art. 2.º - Os cálculos para pagamento da gratificação prevista no artigo anterior, inclusive para os servidores inativos, observado o disposto no artigo 140, da Lei n. 6.174/70, quando for o caso, deverão ser retificados "ex-officio", com efeitos financeiros devidos a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da publicação desta lei.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

PRESIDENTE - Ilegível

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Adhail Sprenger Passos) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Não havendo oradores inscritos nem para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDS, se fará uso da palavra. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PMDB. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PC do B. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PFL. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PTB. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PL. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PDT. Com a palavra, o Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero, inicialmente, agradecer ao ilustre Deputado Ervin Bonkoski, que ia até solicitar uma questão de ordem, e deixou para fazê-la depois do nosso pronunciamento.

Muito obrigado ao ilustre e valoroso Deputado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mais uma vez ocupo a tribuna da Assembléia Legislativa, para cobrar do Governador João Elísio, o atendimento e um verdadeiro clamor de mais de cento e três mil funcionários públicos estaduais do Paraná, que é o aumento salarial, Senhor Presidente.

Ainda hoje, lendo o noticiário estampado pela imprensa, nós vimos que o Governo se perdeu com o PLANO CRUZADO, quando o próprio governo estimulou a cobrança de taxas de juros elevados.

Há um famoso economista brasileiro que debita, de certa forma, a não concretiza-

ção total dos anseios do PLANO CRUZADO, a uma tomada de posição errada do Governo, quando estimulou a cobrança de juros altíssimos no nosso Brasil. E, com isso, Senhor Presidente, o Governo reconhece que a taxa de inflação será de mais de 60% de um ano para cá. E, como o próprio Governo está vendo que está sendo impotente, incapaz de conter a taxa inflacionária, imaginem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como está sendo a vida do funcionário público, só do Paraná, que está com seu salário congelado.

Hoje, o funcionário público do Paraná só perde em remuneração para o funcionário do Piauí; nos demais Estados, se pegarmos categoria por categoria, nós vamos ver que é uma verdadeira humilhação o que ganha um servidor público estadual do nosso Paraná.

Diante da afirmação do noticiário da imprensa, que retrata com fidelidade que o Governo não conseguiu conter, não conseguiu controlar a inflação do nosso Brasil, é lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que apenas e tão somente o funcionário público estadual do Paraná tenha sido marginalizado, tenha sido preterido, quer dizer, aqueles que não deflagraram greve, aqueles que não incomodaram o Senhor Governador, estão sendo esquecidos.

O Governador só está se lembrando de dar aumento aqui no Paraná para quem faz greve, para quem ameaça!

E os demais setores, e aqueles que estão ordeiramente, passivamente trabalhando, estão aí, Senhor Presidente, esperando por esse aumento. São os funcionários das Secretarias de Estado, os funcionários da própria Assembléia Legislativa que estão se afundando em dívidas, estão ficando endividados, recorrendo a bancos, a financeiras, a agiotas, tem gente aí penhorando carro, outro penhorando até jóia na Caixa Econômica, para poder enfrentar este maldito custo de vida que continua se elevando a cada semana em nosso País.

Diante disso, Senhor Presidente, com a compreensão dos nobres Pares, eu reafirmo aqui a nossa luta, em defesa do funcionalismo, e o nosso desejo, de que o Senhor Governador João Elísio, seja mais compreensivo, e determine o envio à Casa, de uma

mensagem, dando o aumento que deveria ter sido dado no mês de julho.

E, apenas para refrescar a memória do Senhor Governador, eu lembro a Sua Excelência que nos demais Estados, mesmo depois do PLANO CRUZADO, todos os servidores dos demais Estados da Federação Brasileira, foram premiados com um justo aumento salarial, o que lamentavelmente não ocorreu no nosso Paraná.

O nosso apelo para que o Governador João Elísio reformule esse seu comportamento, e conceda o aumento tão esperado, tão desejado pela laboriosa classe do funcionalismo público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Adhail Sprenger Passos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 23 Senhores Deputados.  
Destinado aos Trabalhos das Comissões Técnicas.

O SR. ERVIN BONKOSKI - (Pela Ordem) Peço, por gentileza, a verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE - (Adhail Sprenger Passos) Isso implica em chamada nominal. A Mesa defere e convida o Senhor Deputado Tadeu França a proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Adhail Sprenger Passos) Havendo a presença apenas de sete Deputados, não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TRABALHOS DAS COMISSÕES TÉCNICAS.

Levanta-se a sessão,